



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação  
em Saúde Coletiva

Brasil

de Almeida Filho, Naomar  
Transdisciplinaridade em Saúde Coletiva: Formação ou Subversão (Ou um Barato?)  
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 2, núm. 1, enero, 1997, pp. 49-52  
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63042992010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Transdisciplinaridade em Saúde Coletiva: Formação ou Subversão (Ou um Barato?)

Naomar de Almeida Filho<sup>1</sup>

John L. Austin inicia a sua X Conferência William James – ministrada na Universidade de Harvard, em 1955, e incluída no pequeno clássico *How to do Things with Words* (Austin, 1975) – com a distinção entre ato locucionário (onde a fala expressa algum sentido), ato ilocucionário (que traz uma intenção ao dizer algo) e ato perlocucionário (em que falar produz certos efeitos, desejados ou não). Recorro à distinção austiniana nesta oportunidade porque creio que todos os interlocutores agudamente identificaram e se posicionaram em relação à questão central do texto pretexto deste debate: Será que a proposta de definição da ‘transdisciplinaridade’ como eixo estruturante de um dado campo científico e de prática como a Saúde Coletiva compreende um ato ilocucionário, um ato perlocucionário, ou ambos? Em outras palavras, será que a mera locução de uma proposta de sistematizar a série propositiva ‘multipluri-inter-meta-trans-disciplina’ na verdade não esconderia um projeto de construção semântica e pragmática de um objeto-em-campo? Nesta nota complementar, ao reagir a alguns dos pontos específicos levantados, fazendo justiça à qualidade e cuidado das interpelações postas pelos ilustres comentadores convidados por *Ciência & Saúde Coletiva*, podemos verificar que em nenhum momento se deixa de tratar direta ou indiretamente a questão central da intenção e dos efeitos do meu modesto ato locucionário.

Nilson Moraes contribui para o debate em foco com uma competente contextualização do problema da transdisciplinaridade no interior da chamada “crise paradigmática” da ciência contemporânea. Concordo com esta linha de argumentação e agradeço a sua ilustração de vários importantes elementos de constituição histórica e institucional do próprio campo da Saúde Coletiva. Entretanto, gostaria de explicitar uma importante divergência em relação ao tratamento dado por Nilson ao problema da disciplinaridade, particularmente perante a sua identificação de elementos doutrinários na minha postulação. Na perspectiva da discussão proposta, mais do que definir ou especificar uma construção doxológica com a idéia de transdisciplinaridade, busquei observar e registrar uma potencialidade de desenvolvimento de objeto, método e campo científico, propondo formas de crítica e articulação lógica, epistemológica e praxiológica de um dado discurso-prática.

Uma vertente de crítica semelhante mas não equivalente à de Nilson pode ser encontrada no comentário de Augusta Alvarenga, particularmente quando se refere à minha redefinição da transdisciplinaridade como uma proposta essencialmente formalista. Neste caso, acredito que terá havido uma incompetência do meu texto no que se refere a maior clareza e precisão, posto que a intenção (o ato ilocucionário) foi justamente o oposto. O sentido intencionado foi bem percebido por José Ricardo Ayres, que identifica como uma das principais virtudes do ensaio em pauta o fato de que nele se recusa exatamente “o

<sup>1</sup> Instituto de Saúde Coletiva / UFBA

caráter estrutural/formal da definição de disciplina, e lhe contrapõe o caráter prático dessa definição, chamando, por isso, à *atualidade* dos sujeitos em interação na produção do conhecimento o plano privilegiado para pensar/constituir o ideal da transdisciplinaridade” (grifos do autor).

Augusta faz uma outra cobrança fundamental: a que síntese me refiro? Para ela, dentro dos objetivos do ensaio em pauta, seria interessante rever a leitura habermasiana do conceito materialista de síntese, na linhagem Hegel-Marx-Lukács. É possível, porém não vejo maneira mais apropriada de abordar a hermenêutica científica vigente do que o recurso à desgastada noção kantiana dos juízos sintéticos que subjaz à dualidade análise-síntese. Certamente procede a sua crítica referente à deficiente explicitação do problema, indicando a necessidade de maior clarificação do texto, superando ambigüidades. Porém uma ambigüidade em particular que Augusta assinala não consegui identificar como tal: com clareza, e até insistência, busquei argumentar que existem sínteses e síntese. Por isso, em resposta a esta imputação em particular, me resta assinalar que os elementos destacados na crítica de Augusta como ilustração desta ambigüidade são justamente aqueles reconhecidos por Gil Sevalho como indicativos de uma perspectiva histórica crítica, a saber: toda operação de sintetização produz totalizações provisórias, através de uma prática cotidiana de produção de “objetos práticos”.

Uma outra cobrança feita por Augusta é por sua vez plenamente justificada: realmente carece de profundidade e precisão o tratamento dado, no texto em pauta, tanto ao objeto complexo “saúde-doença-cuidado” quanto à categoria da ‘complexidade’, ambos apresentados com um insuportável grau de superficialidade e abstração. Isto ocorreu talvez porque me pareceu mais adequado concentrar a discussão sobre o problema dos limites (a propósito, uma das vertentes de

definição da complexidade). Ou talvez – hipótese mais provável – eu ainda não teria alcançado uma reflexão mais amadurecida sobre a questão. De todo modo, sinto-me salvo pela discussão de Gil sobre a noção de complexidade e pela cuidadosa e detalhada complementação de Vera Portocarrero, justamente avançando uma interessante discussão “objetológica” (que concordo em essência) com base nos estudos sociais das ciências. Objetos fronteiriços, objetos híbridos, quase-objetos, objetos complexos, desfilam no comentário de Vera. Poderíamos ainda aprofundar esta problematização parafraseando Herbert Simon (1994), reconhecendo o lugar científico dos objetos estruturados, semi-estruturados e não-estruturados. Ou quem sabe concluir, bem a caráter, com a proposta de uma nova família de objetos científicos simultaneamente fronteiriços, híbridos, mestiços e complexos, os “trans-objetos”.

Além de complementar a lacuna acima notada, Vera Portocarrero traz duas importantes contribuições ao ato perlocucionário realizado no texto em pauta. Em primeiro lugar, o seu comentário traz uma denúncia do modismo da “interface”, como aquele espaço “entre”, sobre o qual não seria nada fácil elaborar um discurso consistente e competente. Gostaria de endossar esta justa desconfiança, logo esclarecendo por que não me agrada a noção de interface: trata-se de uma aceitação implícita da inevitabilidade das fronteiras (ou fases, ou faces) disciplinares, justamente o que a permeabilidade e a transitividade da proposta buscam superar. Em segundo lugar, Vera faz avançar a idéia de um novo enciclopedismo como uma saída prática para os impasses disciplinares perante os objetos mestiços da contemporaneidade, tema que eu efetivamente apenas referi de passagem no pretexto e que pode ser referido à importante contribuição de Morin (1990).

Castiel e José Ricardo, comparsas do *Corisco*, quando propõem formas distintas de

radicalização da idéia-prática da transdisciplinaridade, demonstram compreender de que síntese aqui se trata. Ambos igualmente roçam o problema central da comunicação interdisciplinar impossível que, conforme realçado no pretexto, justificaria a busca de alternativas para as formas convencionais da disciplinaridade.

Castiel me faz uma crítica pertinente ao identificar no pretexto uma expectativa otimista de homogeneidade interna nos distintos campos disciplinares. Bem ao seu estilo, chega às raias da caricatura quando propõe colocar na mesma mesa (redonda?) sociobiólogos wilsonianos e geneticistas lewontinianos (e eu entro na viagem: que tal incluir neuro-lingüistas maturanianos, antropólogos geertzianos, etnometodólogos californianos e hermeneutas torácicos?). José Ricardo também põe em dúvida o meu otimismo propositivo, assinalando que nada garante que do trânsito dos sujeitos científicos resultará alguma transdisciplinaridade. Ambos sabem muito bem do que estão falando. Claro que sínteses paradigmáticas compartilhadas são condição essencial para qualquer movimento de síntese transdisciplinar. Eu teria muito mais identidade com um demógrafo de linha historicista do que com um colega epidemiologista-clínico discípulo de Feinstein. Minimamente, o movimento da transdisciplinaridade se deve iniciar com algum grau de concordância dos estatutos de cientificidade dos objetos nos respectivos campos. Nesse caso, diferente do que assinala Castiel, os “objetos complexos” não compreendem apenas sistemas adaptativos com graus diferenciados de complexidade, e sim também “produtos culturais” resultantes de uma prática de ação comunicativa (para não escaparmos do modismo habermasiano d’então).

José Ricardo termina sugerindo que a natureza do meu ato de definir uma transdisciplinaridade poderá abortar uma “promissora vocação subversiva” da proposta. É possível. Porém só a prática nos permitirá saber.

E para que se instaure esta prática alguma voz terá de “ilocucionariamente” enunciar tal proposição. Com o texto pretexto deste debate, pretendi fazê-lo pela via da desconstrução do discurso convencional da disciplinaridade, seguida da construção de uma proposta de definição provisória e interessada da transdisciplinaridade como superação pragmática do esquema vigente. Não como um formalismo nem como mais uma proposta doutrinária, como respectivamente entenderam Augusta e Nilson; o meu ato ilocucionário vagamente pretendeu uma certa “subversão atenuada”, no sentido desconfiado por Castiel e José Ricardo. Também neste aspecto, Vera Portocarrero vem em meu auxílio, quando assinala que “o desafio é inventar instituições políticas que possam absorver a idéia de que os objetos são também agentes culturais”. Melhor compreensão (perlocucionária) da intenção (ilocucionária) do meu texto eu não poderia desejar.

Para concluir, resta comentar o depoimento carinhoso e muito pessoal de um companheiro histórico na construção deste objeto-campo tão peculiar. De início, tenho que agradecer a honra imerecida de compor o quinteto indicado por José da Rocha Carvalheiro como eixos formadores da reflexão sobre as bases epistemológicas da investigação em Saúde Coletiva. Michael Callon e Boaventura Santos são por mim conhecidos e admirados através das suas obras; já Juan Samaja e Mario Testa são meus mestres, por quem tenho uma grande estima pessoal, além evidentemente de reconhecer em ambos a imensa contribuição teórica e filosófica para a construção da Saúde Coletiva latino-americana.

Entretanto, por trás da simpatia que lhe faz condescendente, Carvalheiro traz duas advertências que julgo cruciais e que, confesso, não fizeram parte da minha formulação original mas que urge incorporá-las em desenvolvimentos futuros. Em primeiro lugar, retomando o tema da tradução impossível, não se deve, como o fiz equivocadamente,

tomá-lo em absoluto enquanto elemento de enfraquecimento do potencial de integração interdisciplinar. Isto se justifica na medida em que a comunicação imperfeita será justamente a brecha por onde se infiltra uma possibilidade de emergência do novo (a alteridade castoriadiana, lembram?). Ainda bem que não se pode traduzir perfeitamente, diriam os artistas, porque aí está a liberdade de criação e recriação.

Em segundo lugar, ao mencionar que a transdisciplinaridade encontra-se no registro da “dupla ruptura epistemológica”, Carvalheiro insinua sutilmente uma séria crítica à concepção avançada no pretexto: a noção de transdisciplinaridade não deve ser um privilégio exclusivo dos campos disciplinares da

ciência. De fato, a fim de garantir a função social-histórica da ciência como elemento primordial de emancipação humana no mundo contemporâneo, é imperativo considerar o trânsito dos sujeitos da ciência entre campos de saberes não demarcados pelo formalismo disciplinar da ciência. Em outras palavras, necessitamos aumentar as travessias entre os campos científicos e os campos de prática social. Afinal de contas, como adverte Morin (1990:56), urge ampliar e radicalizar a noção de transdisciplinaridade, abrindo passagens da ciência para a arte, a política, a cultura e a filosofia a fim de “desinsularizar o conceito de ciência [... pois] a ciência é efetivamente uma península no continente cultural e no continente social”.

---

### Referências bibliográficas

- Austin, J.L. (1975) - *How to do Things with Words?*  
Cambridge: Harvard University Press.
- Morin, E. (1990) - *Science avec Conscience*. Paris:  
Fayard.
- Simon, H. (1994) - *The Sciences of the Artificial*.  
Cambridge: MIT Press.